

Data: 29/01/2016 Jornal: Hoje em dia Caderno: Dois Pontos Pág.: 03

29 JAN 2016 / DOIS PONTOS 3
BELO HORIZONTE / HOJE EM DIA



Governo, agora, vai esbarrando nas decorrências da extinção da Lei 100

COLUNA DO ORION
ORIONTEIXEIRA@HOJEEMDIA.COM.BR

SERÁ QUE O ANO LETIVO DESTES ANOS VAI MESMO COMEÇAR?

Ao admitir que o Estado não tem como pagar, hoje, o reajuste do professorado, de 11,36%, referente ao piso nacional a partir de janeiro, o secretário da Fazenda, José Afonso Bicalho, apenas repetiu o alerta dado no dia 19 de novembro passado pelo secretário-adjunto de Planejamento (Seplog), Wieland Silberschneider, durante reunião na Assembleia Legislativa.

A época, ele disse que o reajuste poderia não ocorrer, como ocorreu na Lei 21.710, em vigor desde 30 de junho do ano passado, porque o governo já havia atingido o limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal por comprometer, desde setembro, 48,7% do orçamento com pagamento de pessoal. Caso chegasse a 49%, previstos para dezembro, o Estado ficaria impedido de conceder aumentos.

"Vamos ter que discutir em termos legais como enfrentar esta situação, caso ela se confirme", disse ele. Na mesma reunião, a presidente do sindicato da categoria, Beatriz Cerqueira, avisou que a quebra do acordo entre governo e categoria, que culminou na legislação, poderia significar "que o ano letivo não vai começar". Diante da repercussão negativa, o adjunto foi contestado pelo titular da pasta, Helvécio Magalhães.

No caso da extinta Lei 100, o governo também agora vai esbarrando nas decorrências do cumprimento de sentença judicial que determinou a extinção dela e a consequente demissão de cerca de 60 mil servidores. Uma coisa quando começa errada tende a acabar igualmente errada. O governo sabia das consequências, foi alertado no ano passado sobre os riscos e desgaste, mas não tomou providências, optando por apenas cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal.

SEM NOME E SEM CRITÉRIOS

A poucos dias do encontro que terão para abrir as conversas em torno da escolha do nome do candidato a prefeito de Belo Horizonte do grupo, o senador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB, e o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), ainda não sabem quem será o escolhido muito menos como chegar a ele. Falam em pesquisas qualitativas para orientar o perfil e nos apoios dos demais aliados, mas duas coisas já estão certas: o senador Antonio Anastasia não será candidato e que o escolhido terá que sair da lista que hoje conta com quatro nomes.

Pelo grupo de Aécio, os pré-candidatos são João Vitor Xavier (PSDB), Délio Malheiros (PV) e Alberto Pinto Coelho (PP). Do grupo de Lacerda, o nome mais forte é do secretário de Obras, Josué Valadão (sem partido), que se não for cabeça de chapa poderá o ser o vice.

Os rivais duvidam da resistência de Anastasia à disputa e preparam campanhas negativas contra ele, como, por exemplo, criticar a possível segunda renúncia dele, já que deixou o cargo de governador para disputar o Senado e, agora, deixaria o de senador para disputar a prefeitura.

LACERDA DEMITE 30% DOS SERVIDORES

Vai provocar desgaste e impacto social a decisão do prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), que determina, a partir de hoje, a demissão de 30% de cada secretaria municipal. O objetivo da medida, que foi acertada no final do ano passado, é enquadrar a prefeitura nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A maioria dos dispensados é de cargo comissionados e de outros efetivos que acumulam cargos de confiança.

Orion Teixeira escreve de terça-feira a domingo neste espaço